

# Entrevista à ex-presidente Branca Silveira

## Como vai o ensino da Matemática? E a APM?

*Branca Silveira foi presidente da APM entre 1999 e 2001, dois anos especialmente intensos no que respeita à vida da Associação e à situação do ensino da Matemática em Portugal. Para além disso, Branca foi a primeira presidente da APM a não viver em Lisboa, onde a Associação está sediada. A Educação e Matemática entrevistou (por e-mail) esta ex-presidente, que nos respondeu de forma pronta e simpática. Agradecemos-lhe por isso, aproveitando para lhe agradecer também por todo o trabalho que dedicadamente desenvolveu à frente da Associação. Esta entrevista assume-se como uma oportunidade para um balanço, ao mesmo tempo, sobre o ensino da Matemática e sobre o papel da APM, visto por alguém que tem necessariamente uma visão privilegiada sobre estes assuntos.*

Educação e Matemática (EM) — Agora que terminaste o teu mandato como presidente da Direcção da APM, que balanço fazes destes dois últimos anos, tanto no que respeita ao ensino da Matemática como ao papel da APM? Por exemplo, como vês a evolução da política educativa relativamente à Matemática, em especial no plano curricular (no básico e no secundário)?

Branca Silveira (BS) — Ao longo destes dois anos os assuntos mais discutidos na APM foram sem dúvida a reorganização curricular do ensino básico e a revisão curricular do ensino secundário. São os assuntos que estão na ordem do dia e que são objecto das preocupações de todos os professores.

Eu estes anos tenho estado afastada das aulas (porque trabalho no Projecto Nónio) mas tenho trabalhado com professores de várias escolas e de diferentes níveis de ensino, o que tem permitido ouvir as suas preocupações.

As mudanças que começaram a ser implementadas vão inicialmente trazer problemas. Os professores estão com muitas dúvidas, colocam muitos problemas. Uma vez que as principais mudanças estão nas metodologias, na organização de espaços e duração da aula é claro que serão muito mais difíceis de implementar do que se se tratasse de uma mudança de conteúdos. A área de projecto coloca muitas interrogações. Nota-se uma tendência para ser identificada com a área escola e pensa-se logo na pouca expressão que a Matemática tinha nesta área. As tecnologias como vão ser utilizadas? Os equipamentos são fundamentais, mas como os obter? Concorrendo a projectos? Tem necessariamente que haver uma boa gestão dos equipamentos existentes. Quanto à formação dos professores, ouvi há uns dias, num seminário, um responsável, bastante optimista a meu ver, dizer que os dados mostram que a maior parte dos professores já passou por acções de formação em tecnologias e na área de projecto.

Agrada-me a nova distribuição da carga horária por conduzir a uma gestão diferente das aulas e ir permitir realizar um tipo de trabalho que hoje é extremamente difícil de ser feito. Não quero dizer com isto que esteja à espera de facilidades, nem que tudo melhore com um decreto. Vai haver sempre um tempo de confusão, mas com calma e com tempo penso que se poderão fazer coisas interessantes.

O próprio Director do Departamento de Educação Básica, disse uma vez que "... este processo é, por natureza, lento e gradual. A necessária cultura de organização e responsabilidade não se constrói de um momento para o outro, por melhor que seja a legislação". O problema é que, embora toda a gente reconheça isto, à escola e aos professores são-lhes exigidos resultados já hoje e se possível para ontem. Sobre o que se pretende com o ensino da Matemática, tudo o que poderia dizer já foi por demais dito. Dizer que o ensino da Matemática não pode continuar a ser um ensino baseado essencialmente em técnicas de cálculo e na resolução de exercícios repetitivos, que o cálculo é importante, mas que o ensino da Matemática tem que proporcionar outras experiências e desenvolver outras capacidades nos nossos alunos, desenvolver a sua criatividade, o espírito crítico, a comunicação; dizer que a Matemática não deve ser entendida como uma ciência acabada, e que deve ter um carácter mais experimental, são já lugares comuns que aparecem ditos e escritos em todo o lado. O meu receio é que pela vulgarização dos termos se fique apenas pelo discurso. Na teoria as coisas parecem-me bem. Não podemos deixar de estar de acordo, quando num documento do DEB aparece como uma das principais finalidades da Matemática "proporcionar aos alunos um contacto com as ideias e métodos fundamentais da Matemática que lhes permita apreciar o seu valor e a sua natureza, e desenvolver a capacidade e confiança pessoal no uso da Matemática para analisar e resolver situações problemáticas, para raciocinar e comunicar", ou ainda quando interpretam a Matemática como "um património cultural da humanidade e um modo de pensar", como é feito no documento "Currículo Nacional do Ensino Básico - Competências Essenciais".

EM — Ainda no âmbito do plano curricular, qual tem sido o papel da Associação? Por exemplo, até que ponto as recomendações da APM têm sido consideradas? Qual o impacto do relatório Matemática 2001?

BS — O papel que a APM tem tido, e continuará a ter, em todo este processo é importante, não só nas contribuições que tem dado para a discussão mais teórica, mas sobretudo na contribuição para a formação dos professores quer através das acções de formação mais "institucionalizadas",



quer através de outras menos formais, mas de certeza igualmente proveitosas (se não mais). Tem dado contributos importantes ao divulgar bons exemplos de boas práticas, ao incentivar a realização e apresentação de trabalhos.

A APM tem sido entendida como um parceiro a ter em conta e como tal penso que as recomendações que tem feito têm sido ouvidas (não totalmente como gostaríamos), pelo menos acredito que sim.

Relativamente às recomendações que foram feitas no relatório final Matemática 2001, algumas delas foram contempladas. Estou a pensar, por exemplo, a necessidade de discussão das finalidades para o ensino da Matemática propostas nos currículos; a discussão dos programas, que tem vindo a ser feita; a ênfase que tem sido colocada na resolução de problemas, nas tarefas de investigação, no trabalho de grupo e no trabalho de projecto; a utilização de materiais que proporcionem aos alunos um forte envolvimento na sua aprendizagem (computadores, calculadoras, materiais manipuláveis, etc); a substituição da área escola por uma área curricular com horário próprio orientada especialmente para o trabalho de projecto, a introdução no ensino básico do estudo acompanhado, etc.

Mas claro que muitas das recomendações não foram seguidas ou foram-no só parcialmente, nomeadamente no que se refere às estruturas de apoio local aos professores dos vários níveis de ensino, que foi em parte contemplada pelo acompanhamento no secundário, mas sem qualquer expressão no ensino básico; à formação de professores, embora se verifique já a procura e a realização de um maior número de oficinas e de círculos de estudo. Uma das recomendações, relativas à avaliação dos cursos de formação inicial, poderá vir a estar relacionada com os trabalhos que começaram a ser desenvolvidos pelo INAFOP.

Há outros aspectos em que praticamente nada tem sido feito. Estou a referir-me, por exemplo, às recomendações sobre os manuais, ao encarar a formação contínua como um direito/dever e não como uma obrigação; à elaboração de horários com horas comuns para permitir um trabalho colaborativo dos professores e criação de espaços onde esse trabalho possa ser feito; à escassez em grande número de escolas dos recursos recomendados. Sobre a avaliação, por exemplo; tem-se discutido e reflectido,

sobre ela e os vários papéis que desempenha, mas formas concretas de os pôr em prática não existem.

EM — A APM foi muito solicitada, nestes anos, a discutir e elaborar pareceres sobre a política curricular... Como vê a participação da APM neste domínio?

BS: De facto a APM foi muito solicitada para dar pareceres institucionais ou apresentar posições sobre tudo e mais alguma coisa. Tentámos, responder sempre que possível, pois estamos convencidos que os nossos pareceres são tidos em conta. O modo de elaborar um parecer da APM é que é complicado. A APM é muito grande e, ou se apresenta de imediato (um imediato muito relativo) um parecer da Direcção ou se promove uma ampla discussão entre os sócios. Para isso pensámos que essa discussão devia começar nos Núcleos Regionais e as conclusões chegarem à Direcção para a elaboração do parecer final. Isto não foi possível.

Um processo como este demora muito tempo e nem sempre as coisas nos chegam com a antecedência necessária para serem efectuadas as consultas que nos parecem ser mais convenientes.

Sentimos necessidade de clarificar em Conselho Nacional o que se entendia por um parecer da APM e nesse CN foi decidido, que sempre que o tempo o permitisse seguia-se um processo amplo de consulta, senão um parecer da Direcção seria um parecer da APM. Mesmo estando conscientes da morosidade deste processo, em muitos casos isto foi feito, mas sempre que foram pedidos contributos aos sócios, a resposta foi muito escassa. Penso que há necessidade de uma maior colaboração de todos e de um maior envolvimento dos sócios na vida da associação.

Por muito que tivéssemos trabalhado para isso, não conseguimos, nestes dois anos dar resposta a tudo o que nos foi pedido.

EM — Ao mesmo tempo, a APM mudou de sede nacional e optou por uma alteração dos estatutos e da composição da Direcção... Como comentas estes factos? Que implicações tiveram na actividade da associação?

BS — Não foi muito fácil, para mim, aceitar candidatar-me ao cargo de Presidente e nessa altura muitos dos problemas que surgiram depois nem sequer estavam no nosso

horizonte. Propunha-se uma mudança de estatutos e consequentemente uma alteração na composição da Direcção, alteração essa que só está a começar agora.

Eu fui a favor da diminuição do número de elementos, pois sempre considerei que grupos pequenos funcionam muito melhor do que grandes grupos. O que é absolutamente necessário é que os elementos desse grupo estejam perfeitamente conscientes das responsabilidades que assumem ao candidatarem-se à Direcção e consequentemente estejam dispostos a dar muito do seu tempo e das suas energias à APM, o que não é nada fácil.

EM — Foste a primeira presidente geograficamente afastada da sede nacional da APM... Ainda por cima não beneficiaste da dispensa de serviço... Que problemas é que isso trouxe? Trata-se de uma situação que certamente se repetirá no futuro. Será conveniente criar condições para o facilitar? Quais?

BS — Não tive, de facto, qualquer redução de serviço para trabalhar na APM. Só foi possível fazer alguma coisa devido ao tipo de trabalho que faço neste momento e à atitude do "chefe" que tenho, que nunca me criou obstáculos, o que eu agradeço sinceramente. Tenho a certeza que se estivesse a dar aulas tudo teria sido mais complicado. Teria muito menos horas de permanência na escola, mas não tinha os meios de contacto nem a disponibilidade de deslocação que tive.

Estar afastada da Sede da APM foi o que mais me custou. A comunicação à distância tem melhorado e é fundamental, mas não chega, pelo menos eu acho que não chegou, apesar dos esforços do grupo de gestão da Sede.

Perguntam-me muitas vezes se é possível o presidente ser de fora de Lisboa. Neste momento já me apetece dizer que sim, mas com uma série de condições que têm

necessariamente que ser criadas. Por exemplo, o Núcleo ao qual o presidente pertence deve ter algumas estruturas de apoio.

Há uma série de coisas simples, que não existem e complicam a vida. Por exemplo: um fax! Eu tive a facilidade de ter acesso a um, perto do meu gabinete e não me colocarem problemas para o utilizar. Se estivesse numa escola isso já não seria assim.

Um problema muito comum: assinar uma carta, um documento, um projecto. A carta vem da Sede pelo correio, é assinada e volta ao correio! Além da demora inevitável e como não há funcionários de apoio... eu lamento sinceramente todo o tempo que perdi em filas dos CTT para mandar um documento a tempo e horas.

Isto são apenas exemplos de muitas "pequenas" coisas que sucedem e que todas juntas se transformam num problema bastante considerável.

Estes dois últimos anos foram de intensa actividade. Parece que tudo aconteceu. Foram as comemorações do Ano Mundial da Matemática, com todas as actividades e solicitações inerentes. Foram as discussões sobre a reorganização e a revisão curriculares, sobre os programas, sobre as famosas listas, sobre a formação, sobre a acreditação dos cursos, etc., actividades que acho perfeitamente normais que sejam trabalhadas pela Associação. O grande problema é encontrar tempo e mais do que tempo, disponibilidade mental para tratar com calma tudo isso, quando surgem constantemente problemas de outra ordem como sejam os de gestão e de burocracia.

O principal problema foi mesmo a mudança de Sede. Nada fazia supor que teríamos que deixar a ESE de Lisboa. Muitas dores de cabeça também com a organização da contabilidade. A APM continua a crescer e ainda bem que



assim é, mas esse crescimento acarreta muitas dificuldades de organização principalmente a nível do trabalho na Sede.

Tem sempre que haver um grupo forte, não digo grande, digo forte e muito empenhado, com disponibilidade q.b. que se encarregue da gestão da Sede. Em tempo "normal" esse grupo pode não incluir o presidente, desde que haja uma boa comunicação. Noutras situações a comunicação interna tem de ser mesmo muito boa.

EM — Considerando a tua experiência pessoal, o que representa hoje ser-se presidente da APM?

BS — O que é que acho que é ser presidente da APM? Acho que é uma honra ser presidente de uma Associação com o prestígio e a dimensão da APM, mas é sobretudo uma grande responsabilidade. Deu-me a possibilidade de conhecer muitas pessoas de sectores diferentes, de outras regiões, com outros interesses. Costumam perguntar-me se valeu a pena. Embora com algumas hesitações, eu acabo por achar que sim.

O que mais gostei de fazer como presidente foi participar nos Encontros Regionais. Ir aos Núcleos e contactar com os sócios no seu local de trabalho, ver nestes encontros a grande percentagem de gente jovem, foi uma experiência muito interessante. Fiz questão em responder afirmativamente a todos os convites que os Núcleos me fizeram. Só não fui a um por motivo de doença. Isto fez com que tivesse casos em que, por exemplo, morando eu no Porto, tivesse que estar um dia em Évora e no dia seguinte em Macedo de Cavaleiros, ou então estar um dia em Oliveira de Azeméis, dois dias depois em Alcobaça, no dia a seguir numa reunião de Direcção no Porto, sair da reunião, ao fim da tarde e rumar a Bragança e no dia seguinte vir de Bragança porque no outro dia tinha que estar nos Açores, etc. etc. Foi cansativo mas muito gratificante e desloquei-me aos Núcleos sempre com muita satisfação. Os Núcleos ocupam um lugar muito importante na vida da APM e eu tenho muito carinho por todos eles.

O que menos gostei durante estes dois anos foi o contacto com a comunicação social. Custou-me essencialmente ver que na maior parte dos casos, a opinião que nos pedem já está feita e se a nossa não vai ao encontro da deles, não serve. Custou-me ver a maneira como retiram frases do contexto, como "cortam" frases deixando o texto por vezes sem sentido ou com sentido diferente, como colocam conclusões dizendo, ou dando a entender, que são nossas etc. Também pormenores, como por exemplo errarem os nomes dos encontros, da associação ou das pessoas, são pequenas coisas que mostram o pouco cuidado que colocam nos seus trabalhos. Claro que encontrei excepções. Outra situação desagradável é pedirem um artigo, um depoimento ou qualquer outra coisa para "ontem", pois é para sair no jornal do dia seguinte. Fazemos um esforço e o resultado é sair na semana seguinte, ou como aconteceu num determinado caso, oito meses depois.

É extremamente desagradável receber um telefonema de um jornalista pedindo, naquele momento, uma posição da APM sobre um assunto que está a ser ou ainda não foi

discutido, ou pior ainda sobre o qual a APM não possui qualquer informação. É muito normal a comunicação social ter acesso a informações antes destas serem tomadas públicas.

Felizmente neste contacto com a comunicação social tive bastante ajuda, principalmente dos meus colegas do Porto.

Um presidente da APM hoje tem que: estar muito atento a tudo o que se vai passando em termos de Educação; saber ouvir todos os sócios; ter capacidade para gerir conflitos; ter disponibilidade de movimentação; estar dedicado a 100% ao trabalho da Associação; ter facilidade de comunicação; gerir consensos; saber escolher quem melhor represente a APM nas diversas situações; e um pouco a brincar e muito a sério: ter muita paciência.

Eu já pertenci à Direcção da APM no início dos anos 90. O trabalho da Direcção, hoje, não tem nada a ver com o que se passava nessa altura.

EM — Como vês o futuro próximo da Associação? Que recomendarias aos actuais dirigentes? E aos sócios, em geral?

BS — Vejo a APM como uma Associação em crescimento, cada vez mais adulta, com os pés bem assentes na terra, mas sem perder aquela dose de idealismo que a tem levado em muitas situações a andar um pouco à frente do tempo.

O actual presidente é por demais conhecido de todos nós e já deu provas mais que suficientes do seu valor e da sua dedicação à APM. Não é a primeira vez que está numa Direcção (tive o gosto de nessa altura fazer parte da mesma equipa), embora como já disse anteriormente as coisas hoje sejam completamente diferentes. É uma pessoa que tem um conhecimento de muitos anos e de muito perto da APM, que sempre tem estado na "linha da frente" nestas coisas da Matemática e da Associação. Poucas recomendações lhe posso dar, apenas o meu apoio e a minha disponibilidade sempre que assim o entender.

Os outros elementos, uns conheço muito bem, outros muito mal, mas tenho a certeza que todos vão dar o seu melhor para que a APM continue cada vez mais a ser uma voz a ouvir, um parceiro a ter em conta em tudo o que se refere à Educação e em particular à Educação Matemática. Recomendações... apenas: estar atento, estar disponível, estar disposto a discutir, a reflectir, a trabalhar bastante.

Aos sócios não faço recomendações, apenas um pedido e um alerta. A APM não é a sua Direcção. A APM somos todos nós e se não nos fizermos ouvir corremos o risco de outros falarem por nós. A colaboração de todos é essencial. É preciso que em cada Núcleo haja reflexão sobre os assuntos em discussão, é necessário que as opiniões, críticas e sugestões cheguem à Direcção, é necessário que os sócios se mobilizem no sentido de terem uma intervenção mais activa, mais directa no funcionamento da APM, intervindo na elaboração de pareceres, colaborando com o APM Informação e com a revista Educação e Matemática, apresentando candidaturas a órgãos directivos, e principalmente dinamizando actividades, levando a APM mais longe nas suas regiões.